

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

THIAGO DA SILVA DILÁSCIO

2017200530134

COMPORTAMENTO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO
BRASIL DURANTE A CRISE DOS ÚLTIMOS ANOS E A GESTÃO PÚBLICA

SÃO JOÃO DEL REI

2018

THIAGO DA SILVA DILÁSCIO

COMPORTAMENTO DOS PRINCIPAIS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS
DO BRASIL DURANTE A CRISE DOS ÚLTIMOS ANOS E A GESTÃO PÚBLICA

Monografia apresentada para
obtenção de créditos da disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso
do curso de pós-graduação em
Gestão Pública da Universidade
Federal de São João Del-Rei.

SÃO JOÃO DEL REI
2018

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo apresentar os principais indicadores socioeconômicos do Brasil, explicando quais são, para que servem e qual a importância dos mesmos para a gestão pública, para a criação de políticas públicas e para se conhecer a realidade brasileira em termos sociais e econômicos. Para tanto, o trabalho versa sobre os principais indicadores socioeconômicos quais sejam, Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Coeficiente de Gini e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e suas implicações no contexto dos últimos anos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo, analítico e explanatório. Percebe-se com a comparação dos dados desses indicadores socioeconômicos a evolução dos mesmos sendo comprometida com a crise política e econômica de 2015. Os dados mostraram que houve uma piora ou estagnação na maioria dos índices entre 2015 e 2016, havendo uma discreta melhora a partir de 2017. O PIB e o IPCA foram os índices que mais sofreram com a crise.

Palavras-chave: PIB, IPCA, IDH, Coeficiente de Gini, IDEB.

ABSTRACT

The present research aims to present the main socioeconomic indicators of Brazil, explaining what they are, what they serve and how important they are for public management, for the creation of public policies and for knowing the Brazilian reality in social and economic terms. To that end, the study focuses on the main socioeconomic indicators, such as Gross Domestic Product (GDP), Extended Consumer Price Index (IPCA), Human Development Index (HDI), Gini Coefficient and Basic Education Development Index (IDEB) and its implications in the context of the last years. The methodology used was the descriptive, analytical and explanatory bibliographical research. The data of these socioeconomic indicators can be compared with the evolution of the same ones, being compromised with the political and economic crisis of 2015. The data showed that there was worsening or stagnation in most of the indices between 2015 and 2016, with a slight improvement from 2017. GDP and IPCA were the indices that suffered most from the crisis.

Key words: PIB, IPCA, IDH, Coefficient of Gini, IDEB.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB entre 2011-2016 e seus componentes de demanda	21
Tabela 2 - Índice IPCA de janeiro de 2010 a junho de 2018.....	22
Tabela 3 - Inflação acumulada atual e metas de 2010 a 2017 em %	23
Tabela 4 – Ranking de desenvolvimento humano no ano de 2016	25
Tabela 5 - Índice de Gini das regiões brasileiras 1991, 2000, 2010 e 2016.....	26
Tabela 6 – Anos iniciais do ensino fundamental.....	28
Tabela 7 – Anos finais do ensino fundamental.....	29
Tabela 8 – Ensino Médio.....	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relevância do indicador	10
Figura 2 – Adequação da análise	11
Figura 3 – Mensuralidade	11
Figura 4 - Evolução do PIB de 2010 a 2017	18
Figura 5 - IDH Brasil entre 1990 e 2015	22
Figura 6 - Ranking do índice de Gini 2016	24
Figura 7 - Evolução do IDEB entre 2005 e 2015 e metas até 2021	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	7
3. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS - DEFINIÇÕES	8
3.1 Funções básicas	9
3.2 Propriedades básicas de um indicador.....	10
4. A importância dos indicadores para a formação e avaliação de políticas públicas	13
5. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH), COEFICIENTE DE GINI E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)	16
5.1 Produto Interno Bruto (PIB).....	16
5.2 Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	16
5.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	17
5.4 Coeficiente de Gini.....	18
5.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	19
6. ANÁLISES DOS RESULTADOS DOS ÍNDICES BRASILEIROS	20
CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	33

1. Introdução

O nível de desenvolvimento de um país, em período determinado, é medido através de indicadores sociais e econômicos. Esses informam, com base em dados estatísticos, alguns aspectos da realidade socioeconômica, tais como expectativa de vida, saúde, educação, saneamento básico, renda per capita, trabalho e taxa de desemprego, entre outros; numa esfera que pode ser mais abrangente, por exemplo, nacional, ou mais específica, municipal.

A análise comparativa desses indicadores em um período de tempo possibilita não somente avaliar como também monitorar e reformular programas e políticas públicas, visando à melhoria dessa realidade socioeconômica. Um país, região ou município deve sempre acompanhar os indicadores socioeconômicos para observar sua evolução, de modo a tomar medidas para melhorar ou estabilizar os índices satisfatórios.

Dada à importância desses indicadores, a presente pesquisa aborda os principais indicadores socioeconômicos do Brasil quanto à sua importância para a realidade brasileira em termos sociais e econômicos, sobretudo para a gestão de políticas públicas. Além disso, pretendemos comparar os valores desses principais indicadores socioeconômicos em nível nacional entre 2010 até os valores mais atuais de cada indicador. Com isso, visamos entender e mostrar o porquê da evolução ou queda desses números. Escolhemos trabalhar com esse período de tempo, pois nesses últimos anos o país passou e vem passando por diversas crises políticas e econômicas e buscamos mostrar os impactos dessas crises nos indicadores socioeconômicos.

Para isso, selecionamos os seguintes indicadores: Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice de Desenvolvimento Humano, Coeficiente de Gini e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e fizemos a comparação desses valores entre os anos acima citados. A escolha desses indicadores se deu pela sua abrangência nas áreas de administração pública, pois políticas sociais e econômicas impactam diretamente nesses números, além de economia, desigualdade social, educação e desenvolvimento.

Com isso, busca-se responder: a crise política de 2015 e 2016 afetou esses indicadores? E aqueles que porventura foram afetados, qual a importância do impacto para o Brasil?

A monografia está dividida em quatro partes. Primeiramente tem-se uma breve explicação dos principais indicadores, suas definições e utilidades. A segunda parte será

sobre a importância desses indicadores para a gestão pública. A terceira parte trará explicações mais detalhadas sobre os indicadores citados. Por fim, far-se-á a análise comparativa dos valores desses indicadores entre o ano de 2010 e os valores mais atuais de cada indicador, além de abordar como a gestão pública lida em tempos de crise com os problemas que afetam esses indicadores.

2. Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada, primeiramente foi a pesquisa bibliográfica, de cunho descritivo, analítico e explanatório. Primeiramente, foi realizado um levantamento do material bibliográfico existente sobre o assunto. Alguns autores foram consultados, principalmente no que diz respeito às definições do primeiro capítulo, como Rua (2004), Magalhães (2004), além de livros, artigos publicados em periódicos impressos e online, sites de instituições públicas (como site Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE 2018).

Em um segundo momento, foi feita a leitura e um resumo de cada texto, para, em seguida, elaborar os capítulos, sendo que no primeiro é feito uma definição do conceito de Indicadores Socioeconômicos. No segundo capítulo falaremos sobre o Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice de Desenvolvimento Humano, Coeficiente de Gini e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, pesquisando em livros, sites como do IBGE e INEP, dentre outras fontes. Já no terceiro capítulo faremos a comparação dos valores do ano de 2010 até os valores mais atuais de cada índice do Brasil e do Brasil com outros países do mundo.

A pesquisa é analítica e explanatória, porque também busca, ao final, fazer uma análise que possibilitará uma análise da variação desses índices para concluir até que ponto as crises política e econômica impactaram nos valores desses índices. Essa análise será feita por meio de gráficos, tabelas e figuras, principalmente.

3. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS - DEFINIÇÕES

Os indicadores sociais e econômicos são instrumentos e índices que buscam revelar dados sobre determinadas cidades, regiões, países e até continentes no âmbito do desenvolvimento social e econômico. Buscam atender tanto a pesquisas quanto a formulação de programas de políticas públicas. Esses indicadores também forneçam dados padronizados sobre determinadas realidades, de maneira que as análises fossem realizadas com base em informações estruturadas de maneira científica.

A literatura aponta diversas acepções acerca de indicadores, todas guardando certa similaridade conceitual. Segundo Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009, p. 21), por exemplo:

“O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado”.

Na visão de Rua (2004, p. 5), “os indicadores são medidas que expressam ou quantificam um insumo, um resultado, uma característica ou o desempenho de um processo, serviço, produto ou organização”. Para o IBGE (2005, p. 10), “os indicadores são ferramentas constituídas de variáveis que, associadas a partir de diferentes configurações, expressam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem”. Já segundo Magalhães (2004, p. 20), “são, assim, parâmetros representativos, concisos, fáceis de interpretar e de serem obtidos, usados para ilustrar as características principais de determinado objeto de análise”.

Os indicadores podem ser caracterizados de acordo com os fatores abordados. Nesse sentido temos os indicadores analíticos, que são constituídos de apenas uma variável, como por exemplo, esperança de vida ao nascer, taxa de alfabetização,

escolaridade média, entre outros e os sintéticos, que são resultantes de uma composição de variáveis, como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No campo das políticas públicas, os indicadores socioeconômicos são muito importantes, pois:

Apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. (JANNUZZI, 2012, p. 20)

Ainda segundo Jannuzzi (2012, p. 21), “em geral a imagem captada no indicador é uma “modelização” da realidade, isto é, uma representação simplificada de um aspecto da mesma, tão melhor quanto mais específico o aspecto de interesse e quanto mais confiável e precisas forem as informações utilizadas para cômputo do indicador”.

Para Queiroz (2011, p. 202), “um indicador não é apenas um dado. É uma medida que permite inferir atributos desse dado, tais como qualidade, impacto, resultado etc”.

3.1 Funções Básicas

Pode-se dizer que os indicadores têm as seguintes funções básicas (BONNEFOY, 2005):

- Função Descritiva: consiste em aportar informação sobre uma determinada realidade empírica, situação social ou ação pública como, por exemplo, a quantidade de famílias em situação de pobreza; e

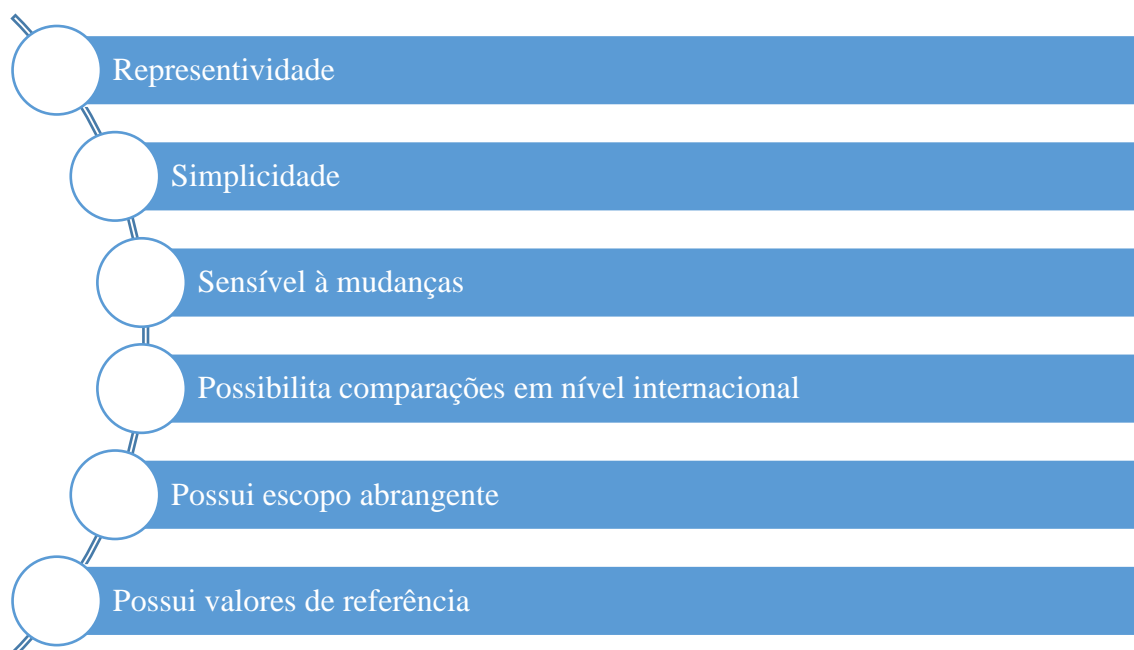
- Função Valorativa: também chamada avaliativa, implica em agregar informação de juízo de valor à situação em foco, a fim de avaliar a importância relativa de determinado problema ou verificar a adequação do desempenho de um Programa como, por exemplo, o número de famílias em situação de pobreza em relação ao número total de famílias.

3.2 Propriedades básicas de um indicador

Para que seja considerado um bom indicador, este deve ter algumas propriedades e requisitos:

1) No que diz respeito a relevância, um bom indicador deve apresentar:

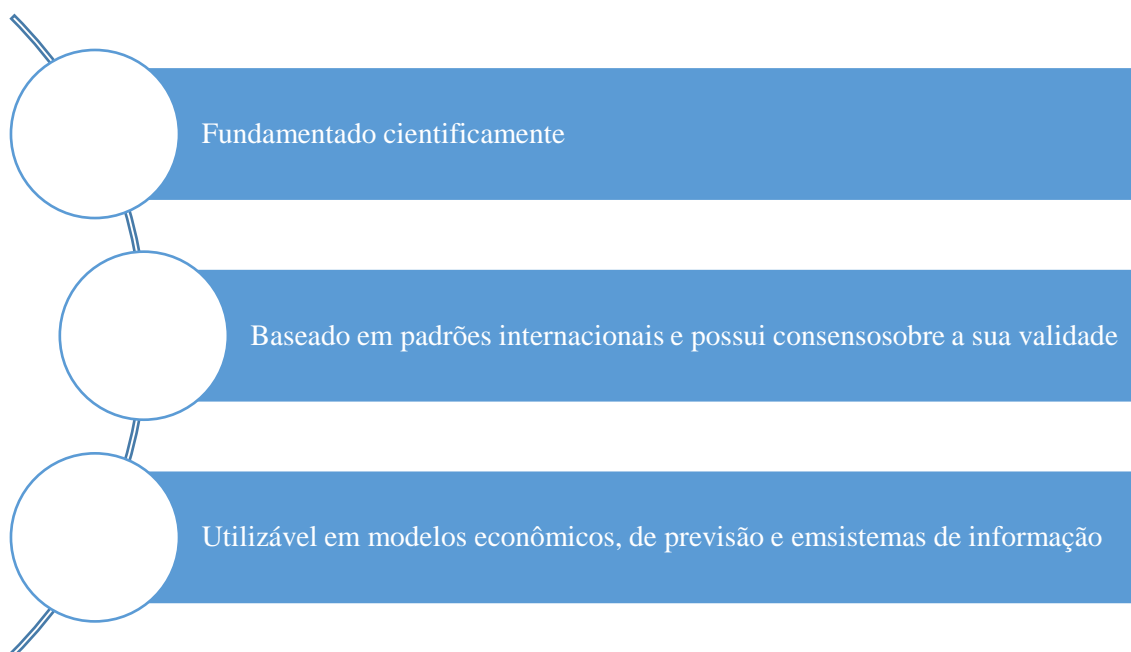
Figura 1 – Relevância do indicador



Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2018.

2) Quanto a adequação da análise:

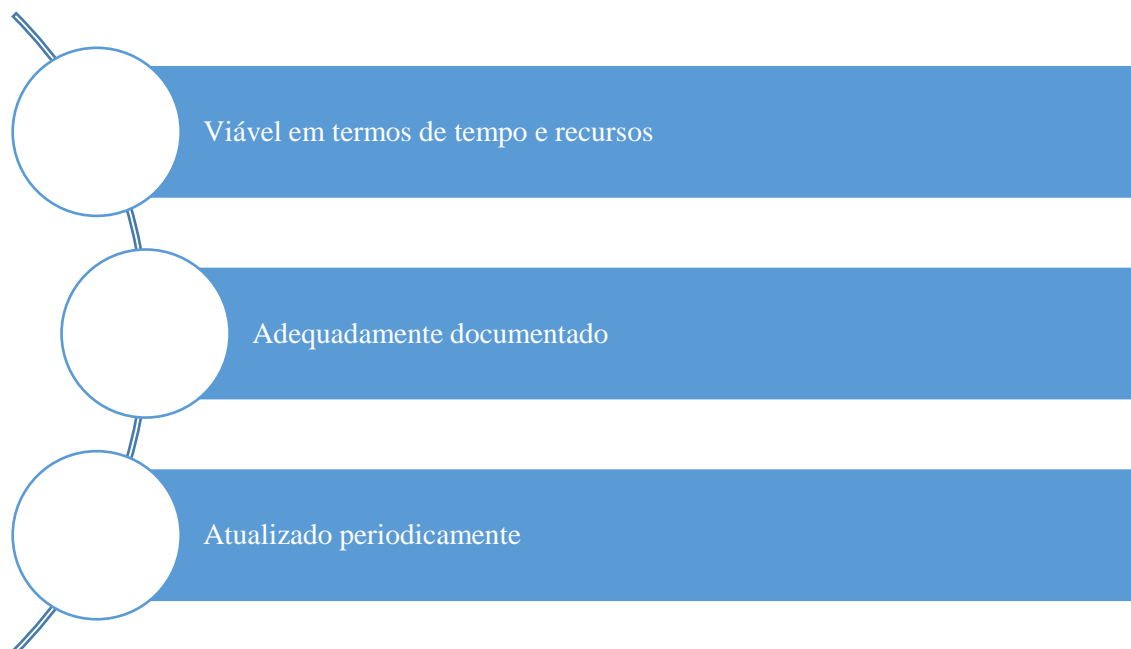
Figura 2 – Adequação da análise



Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2018.

3) Quanto à mensurabilidade:

Figura 3 - Mensuralidade



Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2018.

Segundo o guia metodológico de indicadores de programas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Secretaria de Planejamento e Investimentos

Estratégicos (2010), algumas propriedades são essências e qualquer indicador deve ter. São elas:

- Validade: capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar. Um indicador deve ser significativo ao que está sendo medido e manter essa significância ao longo do tempo;
- Confiabilidade: indicadores devem ter origem em fontes confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas e transparentes de coleta, processamento e divulgação;
- Simplicidade: indicadores devem ser de fácil obtenção, construção, manutenção, comunicação e entendimento pelo público em geral, interno ou externo.

Ainda segundo o mesmo guia, há propriedades complementares que também são importantes. São elas:

- Sensibilidade: capacidade que um indicador possui de refletir tempestivamente as mudanças decorrentes das intervenções realizadas;
- Desagregabilidade: capacidade de representação regionalizada de grupos sócio demográficos, considerando que a dimensão territorial se apresenta como um componente essencial na implementação de políticas públicas;
- Economicidade: capacidade do indicador de ser obtido a custos módicos; a relação entre os custos de obtenção e os benefícios advindos deve ser favorável;
- Estabilidade: capacidade de estabelecimento de séries históricas estáveis que permitam monitoramentos e comparações;
- Mensurabilidade: capacidade de alcance e mensuração quando necessário, na sua versão mais atual, com maior precisão possível e sem ambiguidade;
- Auditabilidade: qualquer pessoa deve sentir-se apta a verificar a boa aplicação das regras de uso dos indicadores (obtenção, tratamento, formatação, difusão, interpretação).

4. A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES PARA A FORMAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os governos devem dar soluções para os problemas que afligem a sociedade e para isso eles se utilizam de políticas públicas e o problema social é o objeto central.

Segundo Queiroz (2011, p. 47),

“Um problema social compreende principalmente a disfunção no funcionamento de uma sociedade como, por exemplo, a alta taxa de mortalidade, o alto índice de violência urbana, a evasão escolar, a falta de um determinado serviço público essencial, entre inúmeros outros. No entanto, um problema social pode compreender, além de disfunções, outras demandas, como a exploração de uma potencialidade econômica que seja reivindicada pela população, por exemplo, a criação de infraestrutura para o aproveitamento de um potencial turístico de um município”.

Em vista disso, quando um governo vai criar uma política pública para resolver um problema social ou modernizar algum serviço ele deve se utilizar da análise de indicadores socioeconômicos, pois os mesmos são instrumentos imprescindíveis nesse processo, pois através deles o governo sabe onde deve trabalhar com mais urgência. Uma questão crucial a respeito da utilização de indicadores para a formulação e avaliação de políticas públicas é que estes devem ser formulados de forma a permitir que seus resultados sejam medidos.

Um indicador pode compreender informações verbais ou escritas para que o agente público possa realizar o monitoramento de determinada tarefa, programa ou atividade. Sendo assim, os indicadores servem principalmente para que, após a avaliação de determinado programa ou atividade, haja uma correção ou manutenção do mesmo. Através dos indicadores podem-se nortear as correções que devem ser feitas para que os objetivos principais do programa ou atividade sejam alcançados.

No âmbito da gestão de políticas públicas, os indicadores podem ser classificados em indicadores de resultados e indicadores de impacto. Os indicadores de resultados, por sua vez, podem ser de produtos e de objetivos.

Queiroz (2011, p. 202) nos apresenta uma definição de cada um desses indicadores:

. Indicadores de resultados para produtos – referem-se à própria atividade da intervenção, medindo os produtos (bens ou serviços) em termos físicos (ex: postos de saúde construídos). No marco lógico, correspondem às linhas das ações e das tarefas.

. Indicadores de resultados para objetivos – os indicadores de resultados relacionam-se aos efeitos diretos do programa e correspondem, no marco lógico, à linha objetivo do programa. Os indicadores de resultados fornecem informação quantitativa acerca do nível de êxito alcançado pelo programa, podendo cobrir tanto aspectos quantitativos como qualitativos desse êxito. Esses indicadores podem ser físicos, como no caso do aumento de postos de trabalho, da redução do número de acidentes de trânsito, etc, ou financeiros, como a redução no custo de transporte.

. Indicadores de impacto – oferecem informações sobre aspectos mais amplos, como a situação socioeconômica e ambiental, e estão frequentemente fora do controle direto de um programa. No marco lógico, correspondem à linha finalidade.

No que diz respeito ao monitoramento e avaliação das políticas públicas, os dois são conceitos interligados, mas quando falamos sobre seus objetivos e funções, encontramos distinções.

Monitorar significa acompanhar de forma sistemática e verificar se a implementação de uma intervenção de desenvolvimento está no caminho certo, fazendo uma comparação de produtos ou resultados obtidos com as metas programadas.

Avaliar é uma tarefa mais difícil e compreende coletar informações, determinar a relevância e o alcance dos objetivos, buscando uma explicação dos resultados causados pela política pública sobre o público-alvo, assim como no seu entorno, nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Segundo Queiroz (2011, p. 203), “para avaliar políticas públicas, os indicadores mais adequados são os de impacto, pois expressam transformações finais, ocorridas no médio e no longo prazo, na realidade pela intervenção pública”.

Portanto, os indicadores são usados para revelar vários aspectos das condições de vida da população de determinada região, assim como para avaliar e criar políticas

públicas. No capítulo seguinte explicaremos quais são e para que servem os principais índices socioeconômicos utilizados.

5. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB), ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA), ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH), COEFICIENTE DE GINI E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

5.1 Produto Interno Bruto (PIB)

A soma de todos os bens e serviços que são produzidos em determinada região, que podem ser países, estados ou mesmo cidades, durante um tempo determinado (mês, ano etc.) representa o produto interno bruto (PIB) dessa região.

O PIB é dividido em PIB nominal e PIB real. O PIB Nominal é relacionado ao valor dos preços atuais, ou seja, considera os valores do ano em que o produto for produzido. O Real é calculado sobre o valor constante, ou seja, de acordo com o ano-base escolhido para análise e exclui os efeitos da inflação.

Para podermos calcular esse dois fatores, utilizamos o deflator do PIB, dividindo-se o PIB nominal pelo PIB real e multiplicando o resultado por 100 (cem). O deflator do PIB é utilizado para analisar quais mudanças foram significativas para a alteração do valor somado. Também serve como base para o cálculo da taxa de inflação e para monitorar o nível básico de preços.

No Brasil, desde 1990, o cálculo do PIB é feito pelo IBGE (2018), que é uma instituição subordinada ao Ministério do Planejamento desde essa data. Antes disso, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) era responsável pela medição. O IBGE calcula a quantidade de veículos, alimentos, venda de serviços, estoques e tudo o que é produzido. O instituto calcula o valor desses bens e serviços depois de deduzidos os custos dos insumos. O PIB per capita se dá pela divisão da população total de um país pelo resultado do PIB.

5.2 Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), mais conhecido como inflação, é o índice econômico que mostra a variação dos preços de mercado para a população. O IPCA é medido mês a mês pelo IBGE (2018).

A medição desse índice é feita com base no custo de vida de famílias que possuem renda entre 1 (um) e 40 (quarenta) salários mínimos, com base em 9 (nove) regiões metropolitanas do país. Para isso são calculadas despesas com moradia, alimentação, saúde, educação, comunicação, transporte, vestuário.

A relação do IPCA com os custos das despesas citadas acima é que se o IPCA sobe, provavelmente haverá reajuste de preços de alguns desses itens para cima, ou seja, ficarão mais caros. Se, ao contrário, o índice IPCA cai, isso quer dizer que os preços subiram menos em relação ao mês anterior, mas não caíram. Quando o IPCA é negativo teremos a chamada deflação, que indica que os preços reduziram.

5.3 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH permite avaliar e medir a qualidade de vida de uma população. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano (PNUD, 2018).

Esse indicador leva em consideração três principais critérios: saúde (expectativa de vida), educação (escolarização) e renda (renda nacional bruta per capita). É uma medida comparativa de riqueza, educação, expectativa de vida e natalidade e alfabetização. Atualmente, é muito utilizado pelos governos por ser uma maneira padronizada de medir e avaliar o bem-estar de uma população, além de ser um bom indicador para a escolha de áreas prioritárias para a execução de políticas públicas.

Segundo Queiroz (2011), a construção do IDH se dá da seguinte maneira:

- a) Para a educação, o cálculo do IDH considera dois indicadores: a taxa de alfabetização, que é o percentual de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizadas numa população (possui peso 2), e a taxa de escolarização (peso 1), que é o somatório das pessoas que frequentam qualquer curso (fundamental, médio, superior, supletivo, pós-graduação), dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos na população considerada.
- b) Para a longevidade, considera-se o indicador esperança de vida ao nascer, que mostra a quantidade de anos que uma pessoa nascida em um determinado ano de referência na população considerada deve viver.
- c) Para a renda, é tomado o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da população.

O cálculo do IDH se dá pela seguinte média aritmética:

$IDH = (L + E + R) / 3$, em que: L = longevidade, E = educação e R = renda.

A Longevidade é calculada por: $L = (EV - 25) / 60$, em que: EV = expectativa de vida.

O indicador de educação é medido por: $E = (2TA + TE) / 3$, em que: TA = taxa de alfabetização e TE = taxa de escolarização.

A renda é obtida através da seguinte fórmula: $R = (\log_{10} PIB_{pc} - 2) / 2,60206$, em que: $\log_{10} PIB_{pc}$ = logaritmo decimal do PIB per capita.

O PIB varia de 0, que significa nenhum desenvolvimento humano, até 1, que significa o máximo de desenvolvimento humano.

Quando o IDH está entre 0 e 0,499, o índice é considerado baixo; entre 0,500 e 0,799 é considerado médio e entre 0,800 e 1, é considerado alto.

5.4 Coeficiente de Gini

O Índice de Gini foi criado pelo italiano Conrado Gini, matemático, é um instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social de um determinado país, unidade federativa ou município. Sua importância efetiva-se diante das limitações que outros índices – como o PIB e a renda per capita – possuem para medir a distribuição de riquezas. (PENA, 2018). Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras.

Numericamente, varia de 0 a 1, em que o índice 0 representa à completa igualdade de renda e o índice 1 à completa desigualdade de renda. A construção do coeficiente de Gini é baseado na “Curva de Lorenz”.

A “Curva de Lorenz” é uma curva que mostra como a proporção acumulada da renda (φ) varia em função da proporção acumulada da população (ρ), estando os indivíduos ordenados pelos valores crescentes da renda.

Segundo o Instituto de pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2018, p. 7), “uma das principais vantagens do coeficiente de GINI é que ele é uma medida de desigualdade calculada por meio de uma análise de razão, ao invés de uma variável representativa da maioria da população, tais como renda per capita ou do produto interno bruto”. O IPECE (2018, p. 7) também cita uma desvantagem do coeficiente de Gini: “ele mede a desigualdade de renda, mas não a desigualdade de oportunidades. Por exemplo, alguns países podem ter uma estrutura de classes sociais que apresentam barreiras à mobilidade ascendente, o que não se reflete em seus coeficientes de Gini”.

5.5 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

O IDEB, criado em 2007, reúne resultados de dois conceitos importantes: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados obtidos no Censo Escolar, das médias de desempenho nas avaliações do INEP (2018), o sistema de avaliação da educação básica (Saeb), para as unidades da federação e para o país; e para os municípios, através da Prova Brasil.

Segundo o Portal do INEP (2015)¹, o IDEB é muito importante pois:

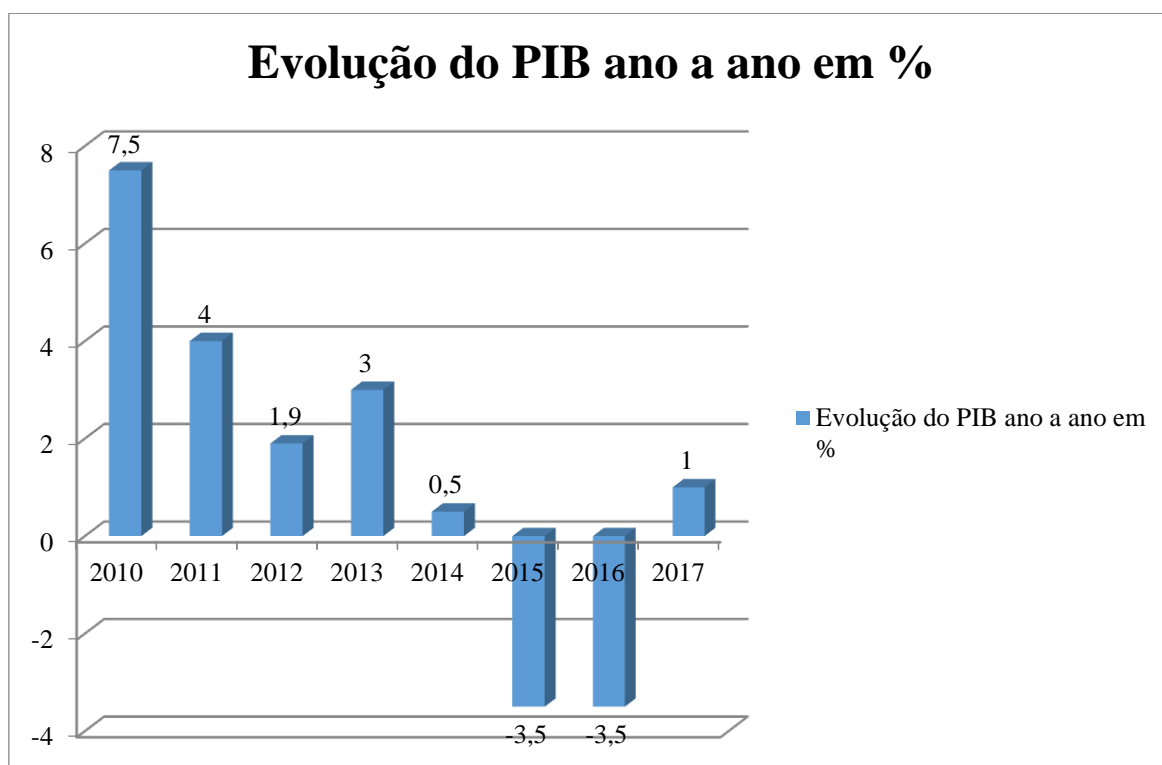
Agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema. O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. (INEP, 2015, p. 1)

¹ <http://portal.inep.gov.br/ideb>.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quando se trata de gestão pública, devido à sua importância, devemos analisar os impactos das políticas públicas, principalmente em tempos de crise, como a crise pela qual estamos passando, em especial os anos de 2015 e 2016. O PIB é um índice muito importante a ser analisado, pois nos mostra como a crise impactou o produto gerado no país. O gráfico 1 mostra a evolução do PIB do ano de 2010 até o ano de 2017.

Figura 4: Evolução do PIB de 2010 a 2017:



Fonte: Elaboração própria a partir das informações do IBGE, 2018.

Como podemos constatar pela Figura 1, entre 2010 e 2014, o PIB brasileiro apresentou taxas de crescimento elevadas, porém entre 2010 e 2012, há um arrefecimento dessas taxas, suavizado em 2013, mas voltou a cair em 2014, e apresentar valores negativos em 2015 e 2016. Ademais, a figura aponta para uma recuperação tímida da economia brasileira em 2017, mas ainda não repõe as perdas da atividade econômica na crise. Em 2016 e 2015, o PIB recuou 3,5% sobre o ano anterior, mostrando uma forte recessão.

Além disso, segundo Barbosa Filho (2017), a redução da taxa de crescimento do PIB foi acompanhada de redução da taxa de investimento em 4,8% e a menor taxa de crescimento do consumo nos últimos anos, com crescimento de somente 2,3% no ano. O investimento se reduziu em 13,9% em 2015 e 10,6% em 2016, enquanto o consumo caiu 3,9% e 4,5%, respectivamente. A Tabela abaixo mostra em detalhes esses números:

Tabela 1: Taxa de crescimento do PIB entre 2011-2016 e seus componentes de demanda

Anos	Tx de Crescimento do PIB	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportação	Importação
2011	4	4,8	2,2	6,8	4,8	9,4
2012	1,9	3,5	2,3	0,8	0,3	0,7
2013	3	3,5	1,5	5,8	2,4	7,2
2014	0,5	2,3	0,8	-4,2	-1,1	-1,9
2015	-3,8	-3,9	-1,1	-13,9	6,3	-14,1
2016E	-3,6	-4,5	-0,7	-10,6	2,9	-11,5

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do IBGE, 2018.

De acordo com a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca de La Rocque Palis, com resultado de 2017 o PIB retorna ao patamar observado no primeiro semestre de 2011. "Isso considerando o valor adicionado em termos reais, já descontada a inflação", enfatizou a pesquisadora. Para Rebeca, o grande impulsionador do PIB de 2017 foi o agronegócio, que avançou 13% em 2017, puxado pela safra recorde. "Em tese, o crescimento seria de 0,3% (sem o agronegócio). Mas temos que lembrar que a agropecuária tem influência em todos os outros setores (2018, p. 1)."

O próximo indicador analisado é o IPCA, que é muito importante, pois através dele medimos a inflação acumulada anual, o que gera impactos também no PIB.

O IPCA, também conhecido como inflação acumulada anual, é o indicador que mais traz impactos para as pessoas, ou seja, para os consumidores de maneira geral. Através da análise de seus números podemos observar se o poder de compra das pessoas aumentou, se manteve estável ou diminuiu. A Tabela a seguir mostra esses números mês a mês do ano de 2010 até o mês de junho de 2018.

Tabela 2: Índice IPCA de janeiro de 2010 a junho de 2018

Ano/meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acumulada Anual
2018	0,29	0,32	0,09	0,22	0,4	1,26							2,6
2017	0,38	0,33	0,25	0,14	0,31	-0,23	0,24	0,19	0,16	0,42	0,28	0,44	2,94
2016	1,27	0,9	0,43	0,61	0,78	0,35	0,52	0,44	0,08	0,26	0,18	0,3	6,28
2015	1,24	1,22	1,32	0,71	0,74	0,79	0,62	0,22	0,54	0,82	1,01	0,96	10,67
2014	0,55	0,69	0,92	0,67	0,46	0,4	0,01	0,25	0,57	0,42	0,51	0,78	6,4
2013	0,86	0,6	0,47	0,55	0,37	0,26	0,03	0,24	0,35	0,57	0,54	0,92	5,91
2012	0,56	0,45	0,21	0,64	0,36	0,08	0,43	0,41	0,57	0,59	0,6	0,79	5,84
2011	0,83	0,8	0,79	0,77	0,47	0,15	0,16	0,37	0,53	0,43	0,52	0,5	6,5
2010	0,75	0,78	0,52	0,57	0,43	0	0,01	0,04	0,45	0,75	0,83	0,63	5,91

Fonte: Elaborada a partir das informações do IBGE, 2018.

Ao mostrar a variação média do preço de produtos e serviços, esse índice ajuda a entender o valor do dinheiro e sua evolução com o passar do tempo. Como podemos perceber ao analisar os índices da Tabela 2, a inflação acumulada anual teve seu maior índice em 2015, com valor de 10,67%, mas tanto em 2014 como em 2016, com índices de 6,4% e 6,28%, respectivamente, observamos como a crise política e econômica desse período impactou negativamente nos índices de inflação. Já em 2017 esse índice esteve bem abaixo dos anteriores, o que mostra que houve uma diminuição da inflação, impactando de forma positiva no poder de compra da população.

O IPCA ajuda a medir exatamente isso: a variação média dos produtos/serviços e o impacto que isso tem sobre o valor do dinheiro. É por isso que o Banco Central considera o IPCA o medidor oficial de inflação do Brasil.

Dessa forma, o índice serve de referência para saber se o governo está cumprindo suas metas de inflação, que é uma política econômica, onde o principal objetivo dos países que adotam é diminuir e manter a inflação em níveis baixos. Faz-se isso através de um regime monetário no qual o banco central se compromete a atuar de forma a garantir que a inflação efetiva esteja em linha com uma meta pré-estabelecida, anunciada publicamente (CABRAL, 2018, p. 1). A Tabela 3 mostra os índices de inflação acumulada de 2010 a 2017 e as metas estipuladas pelo Banco Central:

Tabela 3: Inflação acumulada atual e metas de 2010 a 2017 em %

Inflação	Taxa	Meta
2017	2,95	4,5
2016	6,29	4,5
2015	10,67	4,5
2014	6,41	4,5
2013	5,91	4,5
2012	5,84	4,5
2011	6,5	4,5
2010	5,91	4,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN.

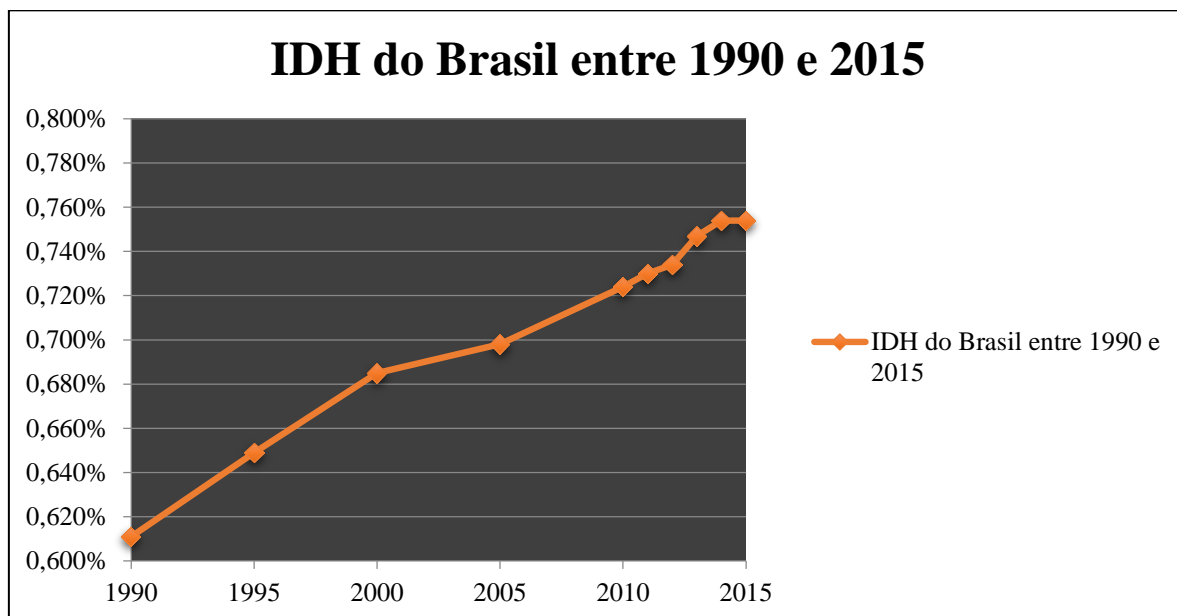
Como podemos perceber após analisar o quadro, em todos os anos a inflação esteve acima da meta estipulada pelo Banco Central, o que mostra que o poder de compra da população está sendo afetado negativamente. Com base nesses números, o Banco Central define suas políticas monetárias. Se a inflação está muito alta, ou seja, os preços estão subindo muito e com rapidez, o Banco Central aumenta a taxa básica de juros (SELIC), para que se restrinja o crédito aos consumidores e diminua o consumo, fazendo com que a inflação diminua. Já quando a inflação está controlada, o Banco Central pode diminuir a taxa básica de juros, estimulando o crédito e conseqüentemente o consumo, alavancando um crescimento econômico.

O próximo índice a ser visto é o IDH, índice muito importante para o gestores públicos, pois mostra o desenvolvimento humano nas diversas regiões do Brasil, por exemplo, indicando que políticas públicas devem ser criadas ou modificadas, de acordo com as demandas de cada população. Como mostra a Figura 2, o IDH do Brasil aumentou significativamente entre 1990 e 2010. A partir de 2010 houve um aumento, mas um aumento pouco significativo se for analisar apenas os números.

Como podemos perceber, entre 2010 e 2014, houve um pequeno aumento do IDH, sendo que 2015 repetiu o mesmo valor de 2014. Esses resultados podem ter sido afetados pela crise que o Brasil enfrentou nesse período e enfrenta ainda hoje, embora a tendência do mesmo seja aumentar ou estagnar mesmo em tempos de crise. Vale ressaltar que, embora o índice não tenha recuado, em relação aos outros países podemos dizer que o Brasil ainda caminha muito lentamente na melhora do desenvolvimento humano. No Brasil temos uma diferença muito grande no que diz respeito ao desenvolvimento humano regional, a saber: entre as regiões norte/nordeste e a sudeste, por exemplo. Enquanto as regiões sudeste, sul e centro-oeste têm índices maiores no

IDH, as regiões norte e nordeste apresentam índices bem abaixo, por questões de desenvolvimento econômico e social.

Figura 5: IDH Brasil entre 1990 e 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2016

Fazendo uma comparação entre o IDH do Brasil com outros países, temos uma diferença muito grande entre os primeiros colocados e o Brasil, que ocupava em 2015 a posição 79, com 0,754. Abaixo, algumas tabelas mostram os índices dos primeiros colocados, dos países próximos ao Brasil e dos últimos colocados.

Os primeiros têm maior desenvolvimento; os últimos, menor. De 188 países, o Brasil ocupa a posição 79^a. O Brasil, um país com potencial de desenvolvimento grande, encontra-se ao lado de países notadamente pobres, como Granada, por exemplo, que é uma ilha da América Central e Bósnia e Herzegovina, país criado há alguns anos a partir da separação da antiga Iugoslávia. Mas esse índice se dá também pela má distribuição de renda que ocorre no Brasil, que será visto a seguir.

Tabela 4: Ranking de desenvolvimento humano no ano de 2016

Desenvolvimento Humano “muito alto”		
1	Noruega	0,949
2	Austrália	0,939
2	Suíça	0,939
4	Alemanha	0,926
5	Dinamarca	0,925
5	Cingapura	0,925
Países Próximos da Faixa do Brasil		
74	São Cristóvão e Névis	0,765
75	Albânia	0,764
76	Líbano	0,763
77	México	0,762
78	Azerbaijão	0,759
79	Brasil	0,754
79	Granada	0,754
81	Bósnia e Herzegovina	0,75
82	Macedônia	0,748
83	Argélia	0,744
84	Armênia	0,743
Desenvolvimento Humano “baixo”		
184	Burundi	0,404
185	Burkina Faso	0,402
186	Chade	0,396
187	Niger	0,353
188	República Centro Africana	0,352

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2016.

O Coeficiente de Gini é usado para medir a desigualdade na distribuição de renda em um país. Dados da Tabela 5 denotam uma melhora no Brasil em relação à desigualdade de renda na comparação entre os anos de 1990 e 2016. Enquanto em 1990 o índice era de 0,607, em 2015 o índice passou a ser de 0,515. Vale lembrar que, quanto mais próximo de 0, melhor é a distribuição de renda.

Em relação às regiões do país, podemos perceber que as regiões menos desenvolvidas apresentam índices maiores de desigualdade, apresentando os seguintes números em 2016:

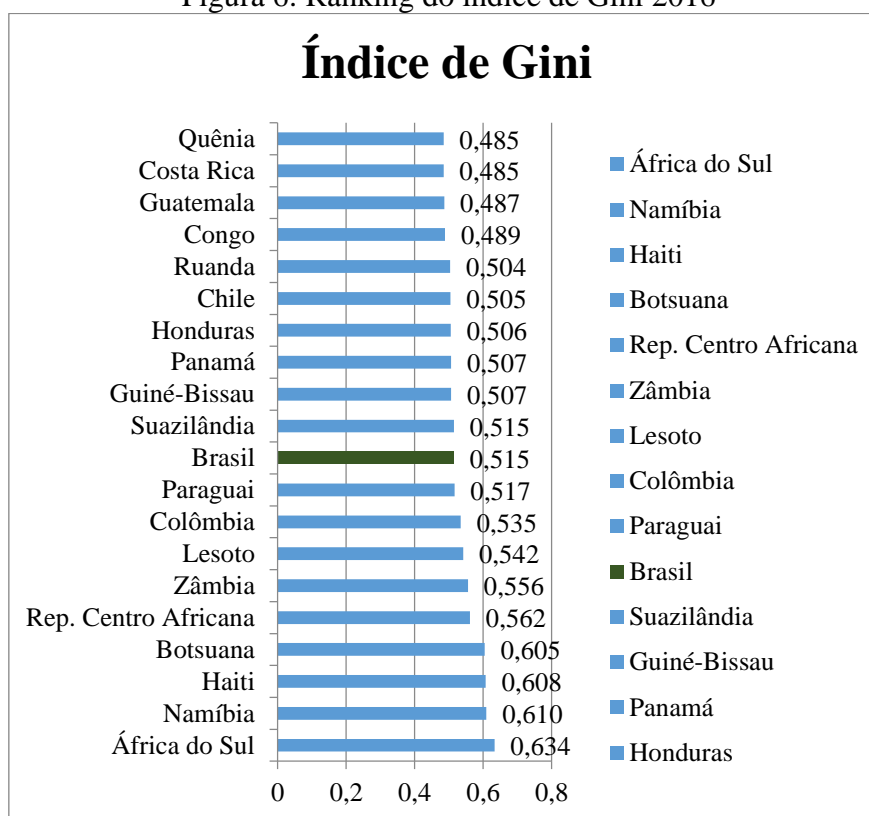
Tabela 5: Índice de Gini das regiões brasileiras 1991, 2000, 2010 e 2016

Ano	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	Norte	Nordeste
1991	0,585	0,598	0,624	0,625	0,659
2000	0,589	0,609	0,642	0,654	0,668
2010	0,533	0,585	0,601	0,631	0,627
2016	0,465	0,520	0,493	0,517	0,545

Fonte: Pnad Contínua 2016 / IBGE

O Figura 6 destaca os países mais desiguais do mundo, de acordo do o índice de Gini:

Figura 6: Ranking do índice de Gini 2016



Fonte: Elaboração própria a partir da Pnud 2018.

A Figura 6 nos faz saber que, em 2015, o Brasil era o 10º país mais desigual do mundo, com um índice de 0,515, mesmo valor de um país sabidamente muito mais pobre, a Suazilândia e pouco menos desigual que Paraguai e Colômbia.

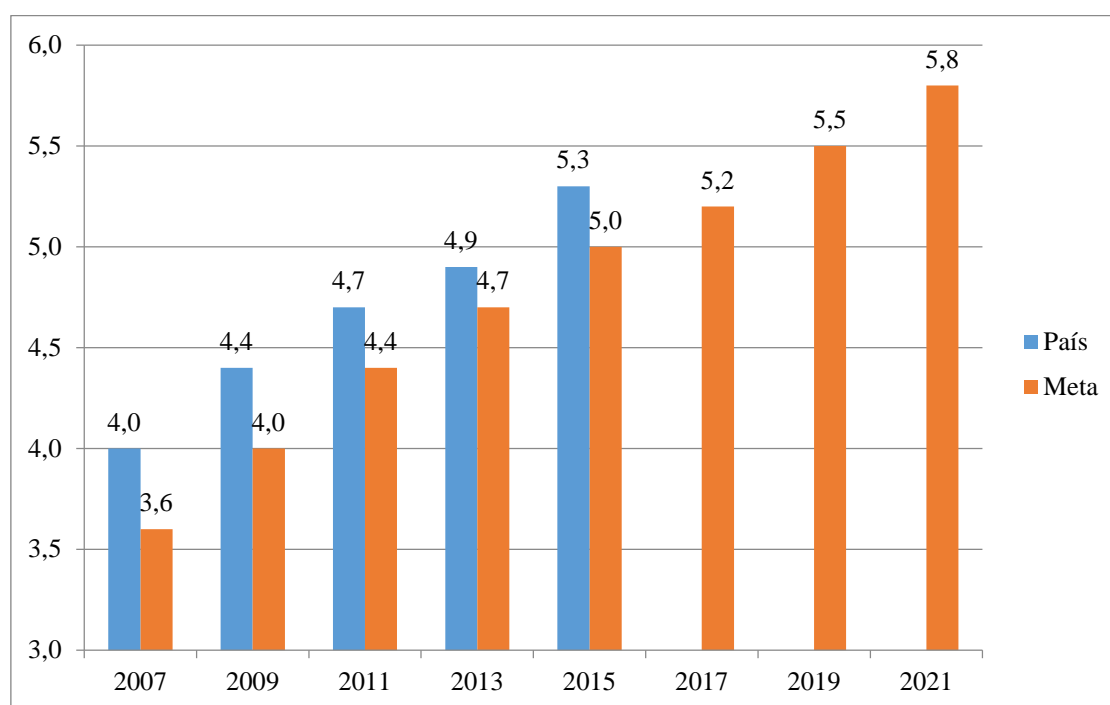
O ranking é liderado pela África do Sul, a nação mais desigual, com Gini de 0,634, seguido de Namíbia, com 0,610, e Haiti, com 0,608. Todos esses três países têm Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH) considerados baixos ou médios. O Brasil tem IDH de 0,754, considerado alto.

Mais uma vez, a crise pelo qual o Brasil está passando impactou diretamente na desigualdade de renda. O valor do índice de Gini, que estava em 0,515 em 2015, passou para 0,522 em 2016, uma alta de 1,6%. Com o resultado, o Brasil voltou três anos no tempo e anulou a redução da desigualdade registrada em 2014 e 2015. Segundo o economista, Marcelo Neri, diretor da FGV Social e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2017), além do aumento do desemprego, tem a inflação corroendo a renda média. O desemprego se tornou sério porque aumentou, mas também porque é de longa duração. A pessoa fica desempregada e demora a sair da situação. Para diminuir essa desigualdade, temos na educação uma solução importante. Educação de qualidade proporciona oportunidades para pessoas de classes baixas de poderem melhorar de vida. A seguir, discutiremos sobre o IDEB, que mede o desenvolvimento da educação básica do Brasil.

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). O Ideb 2015 nos anos iniciais da rede pública atingiu a meta e cresceu, mas não alcançou 6,0.

A Figura 7 mostra a evolução do IDEB desde 2007 até 2015, e quais são as metas até 2021:

Figura 7: Evolução do IDEB entre 2007 e 2015 e metas até 2021



Fonte: Elaboração própria a partir do IDEB 2018.

Ademais, as tabelas abaixo mostram os números do IDEB e as metas, separados por anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, além de separar tais números entre escolas estaduais, municipais, públicas e privadas:

Tabela 6: IDEB – Resultados e metas entre 2005 e 2021

Anos iniciais do ensino fundamental

	Ideb Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	5,5	3,9	4,2	4,6	4,9	5,2	6,0
Dependência Administrativa												
Estadual	3,9	4,3	4,9	5,1	5,4	5,8	4	4,3	4,7	5	5,3	6,1
Municipal	3,4	4	4,4	4,7	4,9	5,3	3,5	3,8	4,2	4,5	4,8	5,7
Privada	5,9	6	6,4	6,5	6,7	6,8	6	6,3	6,6	6,8	7	7,5
Pública	3,6	4	4,4	4,7	4,9	5,3	3,6	4	4,4	4,7	5,8	5,8

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Elaboração própria a partir do Saeb e Censo Escolar

Tabela 7: IDEB – Resultados e metas entre 2005 e 2021

	Anos finais do ensino fundamental											
	Ideb Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	4,5	3,5	3,7	3,9	4,4	4,7	5,5
Dependência Administrativa												
Estadual	3,3	3,6	3,8	3,9	4,0	4,2	3,3	3,5	3,8	4,2	4,5	5,3
Municipal	3,1	3,4	3,6	3,8	3,8	4,1	3,1	3,3	3,5	3,9	4,3	5,1
Privada	5,8	5,8	5,9	6,0	5,9	6,1	5,8	6,0	6,2	6,5	6,8	7,3
Pública	3,2	3,5	3,7	3,9	4,0	4,2	3,3	3,4	3,7	4,1	4,5	5,2

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Elaboração própria a partir do Saeb e Censo Escolar

Tabela 8: IDEB – Resultados e metas entre 2005 e 2021

	Ensino médio											
	Ideb Observado						Metas					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Total	3,4	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,4	3,5	3,7	3,9	4,3	5,2
Estadual	3,0	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,1	3,2	3,3	3,6	3,9	4,9
Privada	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3	5,6	5,7	5,8	6,0	6,3	7,0
Pública	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,1	3,2	3,4	3,6	4,0	4,9

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: Elaboração própria a partir do Saeb e Censo Escolar

As Tabelas 6, 7 e 8 nos faz saber que as metas do IDEB foram atingidas quase em sua totalidade, nos anos iniciais do ensino fundamental entre 2007 e 2015, o que mostra uma boa melhora, pois não havia atingido a meta em 2005. Já nos anos finais do ensino fundamental, o resultado foi bom entre 2007 e 2011, atingindo quase a totalidade das metas, mas piorou em 2013 e 2015, quando não atingiu a meta em nenhuma das esferas administrativas, quais sejam, municipal, estadual, federal e privada. No ensino médio tivemos resultados semelhantes aos dos anos finais do ensino fundamental, quando se atingiu a meta quase total entre 2007 e 2011 e não atingiu nenhuma meta em 2013 e 2015.

Apesar disso, de maneira geral, o IDEB vem crescendo de 2007 a 2015. Mas, vale ressaltar que, devido à crise que estamos passando desde 2015, o governo vem fazendo vários corte orçamentários nas mais diversas áreas e com a educação não foi

diferente. Os cortes em programas do Ministério da Educação impactaram diretamente os programas de ensino integral e educação infantil. Devido a esses cortes, os recursos de estados e municípios diminuíram, gerando grande impacto, pois os mesmos são responsáveis por 80% das matrículas da educação básica do país. No caso do ensino superior, a crise deflagrou uma significativa diminuição de concessão de bolsas de mestrado e doutorado, diminuição de bolsas de intercâmbio e de repasses às universidades públicas de todo o país.

Como se pode observar, os cinco índices citados são de grande valia para os gestores públicos, pois a formação e a gestão de políticas públicas dependem da análise desses complexos conjuntos de números que retratam como determinada população em determinado local está vivendo, quais as demandas mais urgentes, quais os problemas devem ser enfrentados com maior rapidez e decisão. Em conjunto com outros fatores de igual importância para o gestor público, a análise de índices socioeconômicos é de suma importância para qualquer governo comprometido com o bem estar da população.

Em tempos de crise, é necessário ao gestor público um bom planejamento e uma grande eficiência para vencer. O bom planejamento faz com que haja medidas preventivas e corretivas para as situações de crise. A eficiência nos gastos públicos exige que haja prioridade nas ações, ou seja, atacar os problemas mais urgentes, além de racionalizar o tempo, os recursos humanos e financeiros. O gestor público também deve buscar o apoio da sociedade, na forma desta fiscalizar as atitudes do gestor público, fazendo com que ele aja de forma a investir o dinheiro público em ações que garantam o melhor retorno para a sociedade.

CONCLUSÃO

Como conclusão, pode-se inferir que os indicadores sociais e econômicos são instrumentos e índices que buscam revelar dados sobre determinadas cidades, regiões, países e até continentes no âmbito do desenvolvimento social e econômico. A presente pesquisa teve como objetivo apresentar os principais indicadores socioeconômicos do Brasil, explicando quais são, para que servem e qual a importância dos mesmos para se conhecer a realidade brasileira em termos sociais e econômicos.

A análise dos indicadores socioeconômicos é importantíssimo para mensurar vários aspectos da realidade de países, regiões, cidades, pois mostram através de números a qualidade de vida que as pessoas dessas áreas têm. Os governos utilizam muito os dados fornecidos por esses indicadores para formulação de políticas públicas. Uma questão crucial a respeito da utilização de indicadores para a formulação e avaliação de políticas públicas é que estes devem ser formulados de forma a permitir que seus resultados sejam medidos.

Através da análise dos cinco indicadores estudados nesse trabalho, pudemos observar as mudanças que os mesmos sofreram desde 2010 até os dias atuais, por conta da grave crise econômica e social que o Brasil vem passando nos últimos anos.

O PIB brasileiro, por exemplo, entre 2010 e 2014, apresentou superávit, porém entre 2010 e 2012, veio decrescendo, aumentou em 2013, mas voltou a cair em 2014, apresentando déficit em 2015 e 2016. O resultado mostra que a economia brasileira começou a se recuperar em 2017, mas ainda não repõe as perdas da atividade econômica na crise.

Da mesma forma, o IPCA, que mede a inflação em determinado período de tempo, mostrou que houve um aumento de preços acima do esperado, ocasionando uma queda do poder de compra das pessoas. O IDH subiu nos últimos anos, mas em valores bem abaixo do que poderíamos esperar, também por conta da crise social e econômica pelo qual passamos.

Na questão da desigualdade, através da análise do coeficiente de Gini, o Brasil melhorou um pouco, mas ainda figura entre os países mais desiguais do mundo.

O IDEB vem crescendo nos últimos anos. Apesar disso, vale ressaltar que devido à crise que estamos passando desde 2015, o governo vem fazendo vários corte orçamentários nas mais diversas áreas e com a educação não foi diferente. Isso causa

uma grande preocupação, pois a educação é de suma importância para o desenvolvimento de qualquer país, principalmente em países como o Brasil, que tem grandes níveis de desigualdade e pobreza.

De forma geral, pudemos perceber que a crise afetou os indicadores socioeconômicos de forma negativa. Mesmo aqueles em que houve uma melhora, não podemos dizer que foi uma melhora significativa, evidenciando que o Brasil precisa melhorar, e muito, principalmente nos quesitos desigualdade, desenvolvimento humano e educação.

Os números apresentados nessa pesquisa tentam explicar, de forma geral, através dos valores dos principais índices socioeconômicos do Brasil nos últimos anos, como a crise afetou esses números, porém uma análise mais profunda desses índices em futuras pesquisas pode analisar de forma mais detalhada como a crise influenciou cada índice.

Além disso, o comportamento do gestor público em tempos de crise deve se basear no bom planejamento e na eficiência dos gastos do dinheiro público, para que a sociedade tenha o melhor retorno possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMI, Anna. **Produto Interno Bruto.** Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/produto-interno-bruto/>>. Acesso em: 28/06/2018.

ARAÚJO, Marcele Juliane Frossard de. **Coeficiente de Gini.** Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociologia/coeficiente-de-gini/>>. Acesso em: 04/07/2018.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000100051>. Acesso em: 01/07/2018.

BRITO, Clebson Santos de. SILVA, Maria R. R. da. JÚNIOR, Nildo F. C. . **Indicadores Socioeconômicos da Gestão Pública: Quão Relevantes Você São?** Rev. Psic. V.10, N. 30. Supl. 1. Julho/2016 - ISSN 1981-1179. Edição eletrônica em <<http://idonline.emnuvens.com.br/id>>.

CABRAL, Larissa. **O que saber sobre: Meta de Inflação, Como ela funciona e sua política de transparência.** Disponível em: <<https://laricabral.jusbrasil.com.br/artigos/387752739/o-que-saber-sobre-meta-de-inflacao-como-ela-funciona-e-sua-politica-de-transparencia>>. Acesso em: 03/08/2018.

CALCULADOR. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo.** Disponível em: <<http://www.calculador.com.br/tabela/indice/IPCA>>. Acesso em: 06/07/2018.

CARNEIRO, Mariana; VETTORAZZO, Lucas. **Desigualdade cai no Brasil com todas as classes sociais ficando mais pobres.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/11/1835437-desigualdade-cai-no-brasil-com-todas-as-classes-sociais-ficando-mais-pobres.shtml>>. Acesso em: 28/06/2018.

CORRÊA, Marcello. **Brasil é o 10º país mais desigual do mundo.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828>>. Acesso em: 01/07/2018.

CULTURAMIX. **Indicadores Sociais e Econômicos.** Disponível em: <<http://economia.culturamix.com/banco/indicadores-sociais-e-economicos>>. Acesso em: 25/06/2018.

EQUIPE EMPIRICUS. **IPCA: O que é e como é calculado (Guia Completo).** Disponível em: <<https://www.empiricus.com.br/artigos/o-que-e-ipca-acumulado/>>. Acesso em: 06/07/2018.

ESTADÃO. **ENTENDA: O que é o PIB e como ele é calculado.** Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,entenda-o-que-e-o-pib-e-como-ele-e-calculado,82627e>>. Acesso em: 28/06/2018.

FERREIRA, Ramiro Gomes. **IPCA: Entenda o que é Esse Índice que Mede a Inflação e Como Ele Pode Afetar os Seus Investimentos [Com Calculadora]**. Disponível em: <<https://clubedovalor.com.br/o-que-e-ipca/>>. Acesso em: 05/07/2018.

GALA, Paulo. **100 anos de PIB no Brasil**. Disponível em: <<http://www.paulogala.com.br/100-anos-de-pib-no-brasil/>>. Acesso em: 28/06/2018.

GAZZONI, Mariana; SILVEIRA, Daniel. **PIB brasileiro cresce 1,0% em 2017, após 2 anos de retração**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-cresce-10-em-2017-apos-2-anos-de-retracao.ghtml>>. Acesso em: 28/06/2018.

GONÇALEZ, Kátia; COSTA, Daiane. **Com crise, desigualdade no país aumenta pela primeira vez em 22 anos**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/com-crise-desigualdade-no-pais-aumenta-pela-primeira-vez-em-22-anos-21061992>>. Acesso em: 01/07/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. **Entendendo o Índice de Gini**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Entendendo_Indice_GINI.pdf>. Acesso em: 06/07/2018.

Indicadores de desenvolvimento sustentável : Brasil : 2015 / IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro : IBGE, 2015. 352p. – (Estudos e pesquisas. Informação geográfica, ISSN 1517-1450 ; n. 10)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Dados do Ideb 2015 já estão disponíveis para consulta**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-ideb-2015-ja-estao-disponiveis-para-consulta/21206>. Acesso em: 08/07/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **IDEB**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/ideb>>. Acesso em: 08/07/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **IDEB – Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2279531>>. Acesso em: 02/07/2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública** / Paulo de Martino Jannuzzi. – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 110p. : il.

JÚNIOR, Waltter. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública – Noções**. Disponível em: <<https://www.estudoadministracao.com.br/ler/indicadores-socioeconomicos-na-gestao-publica-nocoas/>>. Acesso em: 25/06/2018.

MAGALHÃES, M. T. Q. **Metodologia para desenvolvimento de sistemas de indicadores: uma aplicação no planejamento e Gestão da política nacional de transportes**. (Dissertação Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

MATOSO, Filipe. **Em 79º lugar, Brasil estaciona no ranking de desenvolvimento humano da ONU.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/em-79-lugar-brasil-estaciona-no-ranking-de-desenvolvimento-humano-da-onu.ghtml>>. Acesso em: 04/07/2018.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS. **Indicadores de Programas: Guia Metodológico.** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf>. Acesso em: 25/06/2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. **IDH do Brasil.** Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/idh-brasil.html>>. Acesso em: 04/07/2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Indicadores socioeconômicos.** Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/indicadores-socioeconomicos.html>>. Acesso em: 25/06/2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Índice de Gini.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>>. Acesso em: 06/07/2018.

PNUD Brasil. **O que é IDH.** Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 04/07/2018.

PORTAL BRASIL. **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA - (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – IBGE.** Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>>. Acesso em: 06/07/2018.

QEdU. Brasil: **Ideb 2015.** Disponível em: <http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?gclid=EAiaIQobChMI_bei6LXs2gIVyAmRChlisgc0EAAYASAAEgJCBvD_BwE>. Acesso em: 08/07/2018.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas / Roosevelt Brasil Queiroz.** 3. ed. rev. e atual – Curitiba: Ibpex, 2011 – (Série Gestão Pública).

RUA, Maria das Graças. **Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores.** Brasília: ENAP, 2004.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas / Maria das Graças Rua.** – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 128p. : il.

SALDAÑA, Paulo. **Continuidade da crise econômica deve acentuar impactos na educação.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cenarios-2017/2016/12/1842136-continuidade-da-crise-economica-deve-acentuar-impactos-na-educacao.shtml>>. Acesso em: 01/07/2018.

SUAPESQUISA.COM. **Coefficiente de Gini.** Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/economia/coeficiente_gini.htm>. Acesso em: 04/07/2018.

TORORADAR. **O que é IPCA.** Disponível em: <<https://www.tororadar.com.br/investimento/bovespa/o-que-e-ipca-e-inflacao-acumulada>>. Acesso em: 06/07/2018.

VEJA. **ONU: IDH do Brasil fica estagnado pela primeira vez desde 2010.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/idh-do-brasil-estagna-pela-primeira-vez-desde-2010-aponta-onu/>>. Acesso em: 28/06/2018.